

Conselho descobre abuso

Jornal de Brasília • 13

em mensalidades

Todas as escolas particulares do Distrito Federal cobraram reajustes do mês de julho com base em custos estimados de 25% sobre as mensalidades de junho. Este procedimento, segundo entendimento do presidente da Comissão de Encargos Educacionais Conselho de Educação do DF (CEDF), Júlio Gregório e o delegado substituto da Sunab, Fernando Grossi, é ilegal.

Os dois representantes dos órgãos fiscalizadores decidiram ontem anular todas as planilhas deste mês em que foram encontradas estas irregularidades. Todas as mensalidades de julho serão recalculadas com base em comprovantes reais de despesas, notas fiscais e recibos.

Segundo Júlio Gregório, a fiscalização das escolas denunciadas por pais de alunos será realizada a partir de hoje em um primeiro estágio na Sunab, que fará uma verificação preliminar dos documentos e das planilhas. Caso não haja equivalência entre valores declarados e os comprovantes, um fiscal será encarregado de notificar o estabelecimento de ensino. O prazo para a apresentação de comprovan-

tes compatíveis com os valores das planilhas será de 24 horas e o não cumprimento fará com que a escola receba uma autuação.

Abusivo

O CEDF já repassou à Sunab 25 processos de instituições de ensino denunciadas por pais de alunos em decorrência de reajustes abusivos que alcançam até 200%. Três delas já apresentaram documento exigidos: o La Salle, Maria Auxiliadora e Leonardo da Vinci.

A Sunab, segundo informou Grossi, conta agora com mais três técnicos vindos do Rio de Janeiro para ajudar no trabalho da fiscalização — hoje existem nove. A exemplo do trabalho que vinha sendo realizado no Rio, as escolas do Distrito Federal não poderão computar para o reajuste das mensalidades despesas com publicidade e propaganda. As multas previstas para as irregularidades cometidas poderão variar de 200 a 500 mil BTNs (Bônus do Tesouro Nacional) o que corresponde a até NCz\$ 809 mil. Todas as planilhas realizadas mensalmente pelas escolas terão que ser protocoladas na Sunab e no CEDF.

Aprovado calendário oficial

Os alunos de cerca de 90% das 446 escolas da rede pública de ensino terão aulas todos os sábados até 23 de dezembro, quando termina o ano letivo e começa a semana de recuperação para os não aprovados. Este foi o calendário de reposição das aulas perdidas com a greve de professores, aceito pela maioria das comunidades das diretorias regionais de ensino da Fundação Educacional do DF.

Até ontem, fim do prazo dado pela FEDF para a escolha de uma, entre três opções de calendários que completariam os 139 dias letivos restantes de 1989, poucas escolas haviam comunicado oficialmente sua opção. Entretanto, segundo a chefe de gabinete da Fundação, Maria da Penha Almeida, a grande maioria das unidades de ensino iniciou a reposição no último sábado, oito de julho, tendo optado pelo calendário oficial, proposto por uma comissão de pais, professores e representantes da FEDF.

Dúvidas

Apesar do consenso entre a maioria das regionais sobre o calendário elaborado pela comissão, prevendo aulas todos os sábados, ainda existem dúvidas sobre a questão. Em Taguatinga somente hoje serão analisadas as propostas

da comunidade de estudantes e professores que estão divididos entre a adoção do calendário oficial, mas com algumas alterações, e uma quarta proposta. Eles não aceitaram as outras duas opções oferecidas pela FEDF, a primeira prevendo aulas em sábados alternados, e a segunda sem aulas nos fins de semana, mas com o término das aulas em 23 de janeiro.

Segundo Maria da Penha, ainda hoje as regionais deverão encaminhar um relatório com a forma de reposição aceita pelas escolas. Ela explicou que o recesso escolar, de acordo com o primeiro calendário, aprovado pela maioria, será de uma semana em setembro, podendo também ser desmembrado para outubro, com três dias em cada mês.

A chefe de gabinete da diretoria executiva da FEDF garantiu que haverá uma severa fiscalização no que diz respeito ao cumprimento do calendário escolar de 180 dias previsto em lei. Caso haja burla na reposição das aulas perdidas, será acionada a Inspeção de Ensino da Secretaria de Educação, que poderá punir o diretor responsável pela escola, abrindo um processo administrativo. Com a greve, os alunos da rede tiveram apenas 41 dias letivos até o início de maio.